

rrc



UNIBrrc

Universo Barroco Iberoamericano

Barroco em movimento. Portugal e Brasil e a construção de um novo olhar

Sílvia Ferreira
Patrícia Urias
editoras



Barroco em movimento

**Portugal e Brasil
e a construção
de um novo olhar**

**Silvia Ferreira
Patrícia Urias (editoras)**

© 2022

Universo Barroco Iberoamericano

19º volumen

Editoras

Sílvia Ferreira

Patrícia Urias

PUBLICACIONES ENREDARS

Director Enredars

Fernando Quiles García

Coordinador editorial

Juan Ramón Rodríguez-Mateo

Administración y gestión

María de los Ángeles Fernández Valle

Zara Mª Ruiz Romero

Gestión de contenidos digitales y redes

Victoria Sánchez Mellado y Elisa Quiles Aranda

Imagen de portada

Pormenor do sacrário do altar-mor da igreja de

Santa Maria de Loures. Portugal

Foto: Sílvia Ferreira

Fotografías y dibujos

© de los autores, excepto que se especifique el autor de la imagen

© de los textos e imágenes: los autores

© de la edición:

E.R.A.Arte, Creación y Patrimonio Iberoamericanos
en Redes / Universidad Pablo de Olavide

ISBN: 978-84-09-38875-2

2022, Sevilla, España

Comité Asesor UBI

Dora Arizaga Guzmán, *arquitecta. Quito, Ecuador*
Alicia Cámara. *Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED). Madrid, España*
Elena Díez Jorge. *Universidad de Granada, España*
Marcello Fagiolo. *Centro Studi Cultura e Immagine di Roma, Italia*
Martha Fernández. *Universidad Nacional Autónoma de México. México DF, México*
Jaime García Bernal. *Universidad de Sevilla, España*
María Pilar García Cuetos. *Universidad de Oviedo, España*
Lena Saladina Iglesias Rouco. *Universidad de Burgos, España*
Ilona Katzew. *Curator and Department Head of Latin American Art. Los Angeles County Museum of Art (LACMA). Los Ángeles, Estados Unidos*
Mercedes Elizabeth Kuon Arce. *Antropóloga. Cusco, Perú*
Luciano Migliaccio. *Universidade de São Paulo, Brasil*
Víctor Mínguez Cornelles. *Universitat Jaume I. Castellón, España*
Macarena Moralejo. *Universidad de Granada, España*
Ramón Mújica Pinilla. *Lima, Perú*
Francisco Javier Pizarro. *Universidad de Extremadura. Cáceres, España*
Ana Cielo Quiñones Aguilar. *Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá. Colombia*
Delfín Rodríguez. *Universidad Complutense de Madrid, España*
Janeth Rodríguez Nóbrega. *Universidad Central de Venezuela. Caracas, Venezuela*
Olaya Sanfuentes. *Pontificia Universidad Católica de Chile. Santiago, Chile*
Pedro Flor. *Univ. Aberta / Instituto de História da Arte - NOVA/FCSH, Portugal*

Comissão Científica volumen

Adalgisa Arantes (*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*)
Beatriz Ramos de Vasconcelos Coelho (*Professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais. Presidente do Centro de Estudos da Imaginária Brasileira (Ceib), Brasil*)
Eduardo Pires de Oliveira (*Artis - Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*)
Helder Carita (*Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa*)
José Alberto Gomes Machado (*Universidade de Évora, Portugal*)
Luiz Alberto Freire (*Universidade Federal da Bahia, Escola de Belas Artes, Brasil*)
Magno Mello (*Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de História, Brasil*)
Maria João Pereira Coutinho (*Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa*)
Pedro Flor (*Universidade Aberta, Portugal*)
Sandra Costa Saldanha (*Universidade de Coimbra, Portugal*)

Los textos de este libro han sido dictaminados por pares.

Índice

Barroco em Movimento. Portugal e Brasil e a construção de um novo olhar Silvia Ferreira e Patrícia Urias	9
Os retábulos no mundo português: debate terminológico, historiográfico e documental Alex Bohrer	13
Breve panorama da historiografia do azulejo em Portugal e no Brasil no Século XX Alexandra Gago da Câmara e Celso Mangucci	37
O jardim do Palácio de Friburgo no Recife: uma ponte entre a Europa e o Brasil Ana Duarte Rodrigues, Clara Marques e Patrícia Monteiro	63
Do barroco ao neoclassicismo: um olhar sobre a arte colonial lusu-brasileira a partir da igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência de Florianópolis-SC Fabiano Teixeira dos Santos	95
Oficinas itinerantes, entalhadores nômades: Guardiano das Chagas, um entalhador carioca na Capitania de São Paulo Thales Gayean e Mateus Rosada	121
O altar de prata do convento da Encarnação em Lisboa Isabel Mendonça	143
Sacri-monti: representações do Calvário nos montes de Varallo, Braga e Congonhas Maria Isabel Roque	177

Artefactos e artistas em movimento no espaço ibero-atlântico no período barroco: uma história global policêntrica Maria José Goulão	205
Caetano Luiz de Miranda e Andrea Pozzo: circulação de modelos e ideias no Arraial do Tijuco Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani e Mateus Alves Silva	235
Do risco à obra: instrumentos de desenho e máquinas na arquitetura barroca Ricardo Souza Rocha	259
Do poder e da arte: o palácio dos Castilho e Távora em terras de Ribacôa Rui Castilho de Luna	283
Sacrários esféricos entre Lisboa e Minas Gerais: uma abordagem iconográfica e estilística Sílvia Ferreira e Aziz de Oliveira Pedrosa	311

Barroco em Movimento.

Portugal e Brasil e a construção de um novo olhar

Sílvia Ferreira
Patrícia Urias

O convite para dirigir este volume da coleção *Universo Barroco*, da linha de Publicações Enredars, promovida pela Universidade Pablo de Olavide, que intitulámos *Barroco em Movimento. Portugal e Brasil e a construção de um novo olhar*, partiu do seu diretor, Professor Fernando Quilles, a quem agradecemos desde já a confiança demonstrada.

A aceitação imediata deste desafio por parte das editoras alicerçou-se no gosto e anos de trabalho e investigação nos domínios da arte do Barroco-Iberoamericano. A excelência da coleção surtiu em nós, num primeiro momento, uma alegria imensa pelo convite, mas também, e logo depois, a consciência da responsabilidade da tarefa que tínhamos acabado de aceitar. Foi um livro pensado, executado e editado em tempos difíceis para todos nós. 2019 estava no seu fim e com 2020 vieram as agruras resultantes de uma pandemia, que convocou todos os nossos esforços e resiliências. Entre mais ou menos profundas, as alterações na vida diária estavam aí.

Àqueles que quiseram e puderam aceitar o desafio de participar neste livro agradecemos reforçadamente, àqueles que quiseram e não conseguiram, a nossa compreensão e solidariedade, esperando que o futuro nos traga novos horizontes de colaboração.

Só devido ao persistente trabalho dedicado de todos os autores, na investigação, na elaboração dos seus textos, na captura de imagens e cumprimento das normas editoriais foi possível a publicação deste livro.

Aos revisores científicos dos textos, o nosso penhorado reconhecimento pela aceitação da participação neste projeto e pelo seu valioso contributo para a robustez científica deste volume que agora se edita. O vosso aval muito nos honra como editoras.

O título que escolhemos para este livro pretende refletir o alcance das conjunturas socioeconómicas, religiosas e culturais que presidiram ao contínuo fluxo de trocas culturais entre Portugal e outros países europeus, o Brasil e demais países sul americanos, durante o longo tempo do Barroco. Da investigação contínua de tantos especialistas nos temas da história, da história da arte e do património, nestas geografias e domínios temáticos, surge-nos esta edição, que muito aproveita do saber acumulado de tantos outros que antes de nós deram corpo a um vasto repertório de livros, artigos de jornais ou de revistas, fotografias, palestras, cursos, construindo o saber, a que atualmente nos atemos para continuar a erguer o edifício da memória e do conhecimento sobre o tema da arte barroca.

Neste volume contamos com contributos que abarcam temáticas tão diversas e complementares como aquela explorada por Alex Bohrer, que se debruça sobre as questões terminológicas, históricas e documentais, que versam as abordagens sobre os retábulos no mundo português, ou aquela que se dedica a equacionar a historiografia da azulejaria entre Portugal e o Brasil e sua evolução, de Alexandra Gago da Câmara e Celso Mangucci, ou a dedicada aos jardins entre o Brasil e a Europa, com particular incidência no jardim do Palácio de Friburgo, no Recife, da autoria de Ana Duarte Rodrigues, Clara Marques e Patrícia Monteiro. Outro contributo é aquele que se baseia na abordagem ampla sobre a questão da arte entre o barroco e o neoclássico, usando como caso de estudo a igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência de Florianópolis-SC, da autoria de Fabiano Teixeira dos Santos. Thales Gayean e Mateus Rosada apresentam reflexão sobre o caso do entalhador carioca Guardiano das Chagas, que dá o mote para o estudo do tema das oficinas itinerantes na Capitania de São Paulo. De Isabel Mendonça chega-nos reflexão sobre a encomenda e os artistas do altar de prata da igreja do antigo convento das Comendadeiras da Encarnação, da Ordem de Aviz, em Lisboa. Maria Isabel Roque, por seu lado, apresenta pesquisa e análise sobre o tema dos *Sacri-monti* e as representações do Calvário, em três montes bem conhecidos, casos do monte de Varallo, do de Braga e do de Congonhas, se-

guidamente, Maria José Goulão aborda o tema da movimentação de objetos de arte e artistas no espaço ibero-atlântico, definindo o processo como parte de “uma história global policêntrica”. A parceria Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani e Mateus Alves Silva debruça-se sobre a figura de Caetano Luiz de Miranda e a influência dos escritos do tratadista jesuíta Andrea Pozzo, no Arraial do Tijuco. Sobre a problemática da conceção da obra de arquitetura barroca, no que respeita às ferramentas de desenho e às máquinas empregues na sua construção, disserta Ricardo Souza Rocha. O penúltimo texto, da autoria de Rui Castilho de Luna aborda a vasta história, a arquitetura e a arte do Palácio dos Castilho e Távora, situado no Douro Superior, em Portugal. Finalmente, a prestação da dupla Sílvia Ferreira e Aziz de Oliveira Pedrosa assenta no estudo iconográfico e estilístico da forma esférica de alguns sacrários barrocos, entre Lisboa e Minas Gerais.

Os textos apresentados neste volume da coleção Barroco-Iberoamericano derivam de investigações científicas aprofundadas e representam grande diversidade de estádios da formação académica e de investigação, bem assim como geografias, universidades e outras instituições, operando em Portugal e no Brasil. Aos contributos de temáticas variadas, sempre dentro do espectro do fenómeno do barroco, correspondem igualmente autores consagrados e jovens autores, saídos de contextos profissionais díspares, mas complementares, que julgamos apresentar uma boa amostra da riqueza dos temas tratados e da força dos estudos nesta área de pesquisa.

Artefactos e artistas

em movimento no espaço ibero-atlântico

no período barroco: uma história global policêntrica

*Artifacts and artists on the move in the Ibero-Atlantic space
in the Baroque period: a polycentric global history*

Maria José Goulão

Faculdade de Belas Artes da Univ. do Porto / CEAACP

<https://orcid.org/0000-0002-1802-2166>. mmachado@fba.up.pt

Resumo

Acompanhar os circuitos trans-imperiais das pessoas, da riqueza, dos bens de consumo, dos artefactos e das obras de arte no espaço do Atlântico Sul na época colonial é de alguma forma escrever uma história global, que exige de nós uma perspectiva descentrada e um questionamento dos lugares-comuns da historiografia tradicional. Com efeito, e focando-nos em exemplos da cultura material, algumas dessas circulações mostram-nos um mundo em movimento, articulado através de trocas globais e histórias conectadas, organizado em múltiplos eixos, e sustentado maioritariamente por redes informais de natureza transfronteiriça, em contradição com a visão tradicional de impérios imutáveis e de fronteiras impermeáveis.

Palavras-chave: Atlântico Sul, Arte colonial, Rio da Prata, Contrabando, História Global.

Abstract

Attention to trans-imperial circuits of people, wealth, consumer goods, artifacts and works of art in the South Atlantic space in colonial times means writing a global history, one that inevitably forces us to question the common places of traditional historiography. This paper focuses on examples of material culture

to argue that some of these circulations reveal a world in motion, articulated through global exchanges and connected histories, organized in multiple axes, and supported mainly by informal networks of a cross-border nature, in contradiction with the traditional view of immutable empires and impermeable borders.

Keywords: *South Atlantic, Colonial Art, River Plate, Smuggling, Global History.*

Em Agosto de 1619 uma tragicomédia em verso latino foi representada em Lisboa, no colégio jesuíta de Santo Antão, em homenagem a Filipe II de Portugal. A representação estendeu-se por dois dias, durante os quais a corte luso-espanhola pôde assistir a uma sucessão de maravilhas que causaram o maior espanto. No decorrer do espectáculo, um estudante do colégio jesuíta, personificando o Brasil, apresenta-se ao rei D. Manuel “com muita festa,” montado sobre um crocodilo, acompanhado de um conjunto de outros jovens mascarados de índios tapuias e aimorés, de papagaios e de macacos, e todos entoam um “chorus brasilicus” em português e em tupi, ao qual se segue um diálogo entre o monarca e um macaco, que se exprime igualmente em tupi. O macaco ou o papagaio homenageando o monarca português na principal língua existente no Brasil antes da chegada dos portugueses, os negros e ameríndios dançando de forma ruidosa e agitada, ou dialogando com o soberano, as plumagens dos toucados, adornos e saiotes, o ruído das grossas manilhas e dos instrumentos de percussão, os diversos personagens, indianos, mamelucos, turcos e infiéis, envergando vestes exóticas de sedas orientais intensamente coloridas, ou “ao uso mourisco,” a abundância de tecidos ricamente lavrados e de diademas e jóias com centenas de diamantes, pérolas, rubis, esmeraldas e topázios, as armas ao gosto “berberisco,” tudo contribuía para uma grandiosa demonstração das novidades resultantes do imperialismo luso, do seu imenso alcance geográfico, da inaudita mistura de culturas por ele criada.¹

É hoje comumente aceite que durante parte significativa da época moderna os impérios ibéricos, quer separadamente, quer sob a monarquia dual, se constituíram como poderosos agentes da globalização. Desde o ad-

1. Juan Sardina Mimoso, *Relación de la Real Tragicomedia con que los Padres de la Compañía de Jesús en su Colegio de San Antón de Lisboa recibieron a la Magestad Catolica de Felipe II de Portugal y de su entrada en este Reino* (Lisboa: Oficina de Jorge Rodriguez, 1620). Cf. Felipe Fernández-Armesto, “Empires in Their Global Context, c. 1500–c. 1800,” em *The Atlantic in Global History. 1500–2000*, eds. Jorge Cañizares-Esguerra e Erik R. Seeman (2ª ed., Abingdon e New York: Routledge, 2018), 98.

vento do chamado “global turn” que a investigação histórica tem procurado libertar-se da visão cêntrica que prevaleceu durante muitos anos, buscando compreender o mundo da primeira modernidade através de escalas de análise diversificadas que vão do local ao regional, transnacional ou global. A história global é também, necessariamente, uma história global policêntrica. As numerosas e frequentes inter-relações dos impérios espanhol e portugueses têm sido ultimamente exploradas pela historiografia. Institucionalmente, ambos os impérios mantiveram o controlo sobre os seus respectivos sistemas, bem como códigos de conduta diferentes. Como sabemos, e embora fossem todos súbditos dos Habsburgos, durante a união das duas Coroas ibéricas o comércio com as Índias de Castela esteve oficialmente vedado aos portugueses, sendo os castelhanos, bem como os súbditos dos restantes reinos peninsulares, considerados estrangeiros em Portugal.² As relações entre ambas as potências ibéricas, e entre estas e os seus territórios ultramarinos, são hoje revistas à luz de conceitos como o de trocas culturais, que preferimos ao de transferências culturais, evitando assim a direcionalidade que implica a noção de “transferência;” actualmente, temos em atenção não só os processos de transferência, recepção e adopção, mas também as rejeições, a hibridação e a oposição cultural.³

A história da arte tem-se afastado progressivamente dos enquadramentos nacionais, nisto acompanhando a tendência iniciada pelos historiadores da primeira modernidade que se debruçaram sobre os impérios europeus em território americano, e que foram pioneiros quanto a uma abordagem conjunta da Europa, das Américas e de África enquanto campo de estudo único. Discute-se hoje criticamente certas convenções intelectuais enraizadas, baseadas nas fronteiras convencionais que dividem os Atlânticos de base nacional, como o Atlântico espanhol, o Atlântico português ou o Atlântico holandês, o da primeira modernidade e o da época moderna, o do norte e o do sul, ou o Atlântico em geral e as outras regiões do globo.

O Atlântico como unidade de análise é assim um constructo, uma construção mental. O estabelecimento do mundo atlântico como um domínio epistemológico apto a ser estudado historicamente data da década de 50 do século XX, sendo o resultado do surgimento da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Desde as suas origens, esta criação ideológica

2. Bartolomé Yun-Casalilla, *Iberian World Empires and the Globalization of Europe 1415-1668* (Singapore: Palgrave Macmillan, 2019), 323.

3. Cf. Veronika Hyden-Hanscho, Renate Pieper e Werner Stangl, eds., *Cultural Exchange and Consumption Patterns in the Age of Enlightenment. Europe and the Atlantic World* (Bochum: Verlag Dr. Dieter Winkler 2013).

acompanhou o avanço dos estudos de história atlântica promotores de uma explicação eurocêntrica para o surgimento da democracia e da modernidade.⁴

Parece hoje indiscutível que devemos estar disponíveis para ir mais além das fronteiras historiográficas que herdámos; se o fizermos, veremos que os nossos tópicos de investigação se estendem facilmente para lá delas. Como bem resumiu T. Bender, sabemos que nem todos os fenómenos históricos são globais, mas devemos manter aberta a possibilidade de que o possam ser; se seguirmos as pessoas, a riqueza, os artefactos e os saberes para onde quer que estes vão, mesmo que não tenhamos a pretensão de escrever uma história global, estaremos aptos a mover-nos para além do local e do particular, procurando encontrar contextos, conexões, interações e interdependências translocais, se não mesmo globais, que possam ter valor explanatório.⁵

As metodologias que têm por base a noção de império, e que originaram uma série de Atlânticos nacionais, necessitam assim de ser complementadas com análises comparativas trans-imperiais, pois de facto a realidade histórica foi dinâmica, sendo o resultado de uma co-criação de vários grupos que se misturaram, se opuseram, lutaram entre si; nenhum elemento (indivíduo, grupo populacional, cidade, povoação, território) deve ser visto isoladamente. A historiografia recente, centrada nos bens de consumo, na pirataria, no corso, no contrabando, na imigração clandestina, dá visibilidade a estes cruzamentos, a estes emaranhamentos, radicando aqui a noção de “impérios emaranhados,” os “entangled empires” da historiografia anglo-saxónica.⁶

A teoria da globalização baseada nos sistemas-mundo foi iniciada por historiadores como Immanuel Wallerstein, pioneiro de um modo de fazer história global com uma metodologia macro-económica. Este modelo, que foi dominante entre os anos 70 e 90 do século XX, via na expansão do capitalismo a força motora da globalização na primeira modernidade; os estados-nação estariam ligados entre si por laços de tipo centro-periferia, com os territórios periféricos e as colónias actuando como zonas de extracção de recursos naturais e de mão-de-obra não-qualificada ou escrava. Nos

4. Thomas Bender, “Foreword,” em *The Atlantic in Global History, 1500-2000*, eds. Jorge Cañizares-Esguerra e Erik R. Seeman (2ª ed., Abingdon e New York: Routledge, 2018), xviii; Ernesto Bassi, “Beyond Compartmentalized Atlantics: A Case for Embracing the Atlantic from Spanish American Shores,” *History Compass* 12, nº 9 (2014): 705.

5. Bender, “Foreword,” xviii-xix.

6. Jorge Cañizares-Esguerra e Erik R. Seeman, “Introduction to the Second Edition: The Atlantic Paradigm Matures,” em *The Atlantic in Global History, 1500-2000*, eds. Jorge Cañizares-Esguerra e Erik R. Seeman (2ª ed., Abingdon e New York: Routledge, 2018), xxiv-xxvi.

últimos tempos, no entanto, a história cultural e as metodologias *bottom-up* olham para estas amplas forças económicas centrando-se na história das transferências culturais, incluindo as que estão relacionadas com a cultura material e o consumo (por exemplo, os numerosos estudos recentes sobre a circulação de bens de consumo únicos, como as esmeraldas, o tabaco ou o cacau). Estas abordagens contemporâneas, tendo por base narrativas globais, regionais, comparativas e transnacionais, mostram que a primeira globalização não foi um processo homogéneo de nivelamento mundial através da circulação, absorção e imposição dos valores ocidentais. A adopção deste paradigma atlântico permite descobrir novas vozes e dar destaque a novos protagonistas, questionando uma narrativa até aqui dominada por uma visão exclusivamente masculina, anglo-saxónica, centrada na América do Norte, e que reduzia a historiografia colonial a um prelúdio para as diversas histórias nacionais.⁷

Interessa-nos pois equacionar o Atlântico no contexto da primeira globalização, focando-nos nessa componente transnacional que teve um papel fundamental na circulação de ideias, produtos e pessoas. A historiografia recente, nomeadamente através dos estudos de fronteira, tem posto em evidência a notável capilaridade entre castelhanos e portugueses; importa salientar que este não foi um fenómeno exclusivo da Península Ibérica. No espaço atlântico, houve trocas transculturais bastante complexas, que foram frequentemente acompanhadas de formas igualmente densas de diálogo intercultural.⁸

Uma narrativa do império baseada na análise de contribuições individuais, e organizada à volta de conceitos como trocas globais, dinâmicas trans-imperiais e impérios informais parece-nos bastante útil. Esta dinâmica da construção dos impérios surge ligada a mecanismos informais capazes de anular fronteiras e limites políticos, geográficos, raciais ou religiosos: trata-se de impérios paralelos, de natureza informal, baseados na interdependência de uma diversidade de agentes individuais informais e de um Estado que exerce formalmente o seu controlo. Estes impérios estavam dependentes de relações interpessoais e de trocas entre grupos de diversas nacionalidades, filiações religiosas e etnias, frequentemente dedicados a actividades ilegais, unidos por objectivos comuns de busca de sucesso nos

7. Cañizares-Esguerra e Seeman, "Introduction to the Second Edition," xxvi-xxix.

8. Cf. Bartolomé Yun-Casalilla, "The Spanish Empire, Globalization, and Cross-Cultural Consumption in a World Context, c. 1400 - c. 1750," em *Global Goods and the Spanish Empire, 1492-1824. Circulation, Resistance and Diversity*, eds. Bethany Aram e Bartolomé Yun-Casalilla (Houndmills: Palgrave Macmillan, 2014), 177-306.

negócios e de acumulação de riqueza. Tratava-se de impérios informais que tiveram a sua origem na vontade individual de agentes livres e nas suas redes de negócios, como reacção aos monopólios de imposição estatal; constituíam um universo global, sem fronteiras, auto-regulado, frequentemente transcultural, multi-étnico, plurinacional e apátrida, nas palavras de C. Antunes e A. Polónia.⁹

Este conceito de Atlântico trans-imperial centra-se nos agentes e actores transfronteiriços e nas narrativas trans-imperiais: o mundo atlântico é caracterizado pela transgressão frequente das fronteiras imperiais. Por exemplo, se olharmos para o Atlântico a partir de territórios como os arquipélagos da Madeira ou dos Açores, ele surge-nos descentralizado (ou não centrado em Portugal Continental), em rede, conectado a uma infraestrutura que unia súbditos de diferentes potências imperiais, e auto-organizado por aqueles que tornaram possíveis as conexões (e não necessariamente pelas autoridades imperiais).¹⁰

Trabalhos como os de S. Gruzinski¹¹ mostram, à luz desta história transcultural ou história cruzada (a “*entangled history*,” ou “*histoire croisée*”) como os impérios ibéricos formaram o antecedente e o motor de uma primeira mundialização, ao salientarem as circulações, conexões, encontros e mestiçagens entre o Atlântico e a Ásia, através do Pacífico, e através da costa africana e do Oceano Índico, tal como A. J. R. Russell-Wood, e antes dele F. Braudel, haviam já evidenciado.

O desenvolvimento económico modela a cultura material e a sociabilidade, e a criação de novos mercados e a emigração tiveram um papel determinante na circulação de modelos de consumo entre sociedades distantes. A compreensão destas circulações artísticas (distinta dos estudos de difusão ou de influências, que contribuem normalmente para a definição e reivindicação de identidades artísticas de carácter nacional) deve contribuir para que possamos lançar luz sobre as transferências culturais enquanto parte integrante de histórias conectadas (“*connected histories*”). Se a circulação de imagens, estilos e tendências estéticas foi já abundantemente estudada no sentido de traçar influências e difusões, o seu estudo tendia normalmente a configurar-se em função de uma certa ideia pré-estabelecida de hierarquias culturais, com a Europa a ter um papel dominante, exercen-

9. Cátia Antunes e Amélia Polónia, “Introduction,” em *Beyond Empires: Global, Self-Organizing, Cross-Imperial Networks, 1500-1800*, eds. Cátia Antunes e Amélia Polónia (Leiden-Boston: Brill, 2016), 8 e 10.

10. Bassi, “Beyond Compartmentalized Atlantics,” 704-706.

11. Cf., entre outros, Serge Gruzinski, *La pensée métisse* (Paris: Fayard, 1999) e Serge Gruzinski, *Les quatre parties du monde: histoire d’une mondialisation* (s.l.: Éditions de La Martinière, 2004).

do a sua influência sobre o resto do globo. O que pretendemos hoje em dia é entender os modos como as culturas se adaptam e combinam múltiplos elementos entre si, ajustando-se aos “outros,” abrindo-se às “mestiçagens” (um conceito restritivo, mais ligado à historiografia ibérica, e hoje substituído com vantagem por termos como hibridação, ou diversidade). Estas histórias conectadas, bem como a ideia de transferência cultural, que nunca perdem de vista a questão da globalização, têm subjacente o questionamento da meta-narrativa ocidental, propondo em seu lugar narrativas de natureza pluralista e de abrangência mais ampla. Seguindo esta linha, temos hoje uma história da arte global, que é sobretudo uma história transnacional das circulações artísticas, abrindo-nos um sem-número de possibilidades de investigação quanto a populações, regiões ou valores até há pouco ignorados ou minorizados como periféricos, marginais, ou minoritários. Na esteira da denúncia e da crítica das hierarquias culturais e geopolíticas, que foi iniciada pelas abordagens pós-coloniais, notamos agora uma atenção especial à descompartimentação.¹²

Logo desde o início da ocupação dos novos territórios americanos, torna-se muito difícil controlar de forma centralizada, a partir dos centros, as trocas comerciais e os sistemas de circulação dos impérios, resultado desta primeira globalização; como já afirmámos acima, estes são curto-circuitados por redes informais de comunicação. Yun-Casalilla chama a este fenómeno a “globalização corrosiva:” “The great enemy of the Luso-Spanish imperial complex was its own creation: the process of globalization, understood not only as the discovery and contact with new worlds but also as the increasing intertwining of distant societies.”¹³

Ao fim e ao cabo, a estrutura e o contexto dos impérios ibéricos tornam-se responsáveis pelos seus maiores problemas, ao permitir e até estimular a criação de redes globais informais que acabam por minar os interesses dominantes. Tal sucede precisamente porque as instituições formais se revelam frequentemente ineficazes; em vez de nelas confiarem, muitos agentes económicos mantêm-se fiéis aos sistemas ancestrais que lhes oferecem mais confiança: a família, a reputação, os laços de amizade, a reciprocidade, etc. Pela sua natureza, estas redes informais revelam-se difíceis de controlar por parte dos poderes instituídos, têm uma natureza

12. Thomas DaCosta Kaufmann, Catherine Dossin e Béatrice Joyeux-Prunel, “Introduction: Reintroducing Circulations: Historiography and the Project of a Global Art History,” em *Circulations in the Global History of Art*, eds. Thomas DaCosta Kaufmann, Catherine Dossin, e Béatrice Joyeux-Prunel (2ª ed., Abingdon e New York: Routledge, 2015), 13 e 16.

13. Yun-Casalilla, *Iberian World Empires*, 342.

transfronteiriça, e, devido à sua agilidade, tornam obsoletos e inoperantes quaisquer modelos imperiais baseados no domínio dos principais circuitos comerciais, sejam eles a Carreira das Índias, no caso espanhol, ou o Estado da Índia, no caso português. Para além do mais, a sua natureza híbrida encoraja e alimenta o compadrio, o clientelismo, o nepotismo, a busca do lucro, a fraude e até a corrupção, instâncias que estão na origem da falência do próprio sistema e da inoperância das instituições formais criadas nestes impérios.¹⁴

Na Índia, e apesar de a pimenta continuar a ser o produto mais requisitado, uma nova geração de cristãos-novos vai encarregar-se de corresponder ao desejo de alargamento do comércio formal por parte da Coroa, apropriando-se da circulação de têxteis chineses e indianos, porcelanas, diamantes, pérolas, canela, substâncias exóticas usadas em perfumaria, índigo e até móveis asiáticos. Da costa africana, estes produtos eram por vezes desviados para a costa americana, chegando ao Brasil e cada vez mais ao Rio da Prata. A partir da década de 1560, ultrapassada uma fase de recessão, assiste-se a um *boom* mineiro sem precedentes na América, consequência da descoberta de novas jazidas e de avanços tecnológicos nos processos de mineração, que se estenderá até às primeiras décadas do século XVII. O fluxo de prata americana e a dificuldade em pagar as importações asiáticas exclusivamente com o ouro africano levaram os portugueses a um interesse acrescido por aquele mineral, que conseguiam obter directamente das minas alto-peruanas, através do Brasil, em troca do lucrativo e cada vez mais pujante comércio de escravos africanos destinado a suprir as necessidades da economia brasileira, baseada na monocultura. Mais tarde, uma porção muito significativa da prata peruana será igualmente canalizada para o Rio da Prata, em troca de escravos africanos para Potosí, mas também de outros produtos de consumo de luxo menos estudados, como os tecidos de algodão indianos.¹⁵ Em 1604, por altura da criação do Conselho das Índias, já estavam definidos os contornos de dois grandes complexos comerciais fornecedores de escravos para as colónias americanas, durante muito tempo monopólio luso: de um lado Angola e do outro a Costa da Mina, ambas possessões portuguesas. O tráfico de escravos entre Angola e o Brasil tem raízes ainda no século XVI, após a abertura do trato mercantil na barra do Congo e o desvio das correntes negreiras de Portugal para o Atlântico. Quanto à Costa da Mina, os poucos cativos transaccionados a leste, no golfo de Benim, ainda nos séculos XV e XVI eram revendidos em troca de ouro junto ao forte de S. Jorge

14. Yun-Casalilla, *Iberian World Empires*, 437.

15. Yun-Casalilla, *Iberian World Empires*, 325.

da Mina, sendo que o tráfico regular de cativos do Benim só se estabeleceria já no século XVII.¹⁶

No que diz respeito à rota dos bens asiáticos, uma verdadeira “rota hispano-americana da seda chinesa,” iniciava-se nas Filipinas com o Galeão de Manila, passando pelo México e Lima, e tendo como pontos terminais os portos de Valparaíso, no Chile, ou de Buenos Aires, no Atlântico, até onde desciam as mercadorias desde Córdoba. Sabemos hoje que a cultura de consumo em torno das mercadorias orientais teve também um carácter regular e massivo: para além de bens exóticos de grande valor acrescentado, houve uma procura muito alargada de artigos de consumo comum, como as sedas asiáticas, mais atraentes, coloridas e baratas do que os tecidos produzidos no México ou no Perú, e que invadiram os mercados hispano-americanos.¹⁷

Muitos dos grandes comerciantes portugueses estabelecidos em Lima foram perseguidos pela Inquisição; em finais do século XVI e inícios do século XVII, as relações de bens, para fins inquisitoriais ou testamentários, de indivíduos como Tomé Quaresma, Manuel Baptista Peres ou Francisco Fernandes Orejuela dão-nos conta do seu enorme poder financeiro, das vastas redes de complicitades, da imensidão dos seus interesses comerciais. Tinham em seu poder valiosas jóias de prata e ouro, tecidos e porcelanas da China, pérolas, rubis, diamantes e esmeraldas, molduras de prata, prata lavrada e por lavar, em barra, pinhas e moedas, retábulos, imagens devocionais, paisagens da Flandres com molduras douradas, grandes quantidades de pinturas sobre tela, pinturas a óleo sobre cobre, vidros de Veneza, talheres de prata, jarros de Portugal, taças de Veneza, garrafas de Ica, boas bibliotecas bem fornecidas em livros e estampas, mobiliário sumptuoso e coches luxuosos.¹⁸

Antes de se tornar uma cidade argentina, Buenos Aires foi (e continua em muitos aspectos a ser) uma cidade atlântica. Fazia parte do mesmo

16. João de Figueirôa-Rêgo, “Notas de errância e diáspora. A presença de cristãos-novos portugueses no Peru: inquisição e tabaco (séculos XVI-XVII),” em *Descrição geral do Reino do Peru, em particular de Lima*, eds. Isabel Araújo Branco, Margarita Eva Rodríguez García e Teresa Lacerda (Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2013), 52.

17. Mariano Bonifacio, “El galeón de Manila y el comercio entre Filipinas, México y Perú en la época colonial,” em *Tornaviaje. La nao de China y el Barroco en México, 1565-1815* (cat. da expos.) (Puebla: Consejo Estatal para la Cultura y las Artes de Puebla, 2016), 40-42.

18. Cf. Maria da Graça A. Mateus Ventura, “Quaresma, Tomé,” em *Dicionário do judaísmo português*, eds. Lúcia Liba Mucznik et al. (Lisboa: Editorial Presença, 2009), 431; Gleydi Sullón Barreto, *Extrangeros integrados. Portugueses em la Lima virreinal, 1570-1680* (Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2016), 122-125 e 148; Maria José Goulão Machado, “‘La puerta falsa de America’. A influência artística portuguesa na região do Rio da Prata no período colonial”, vol. I (dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005), 145-146.

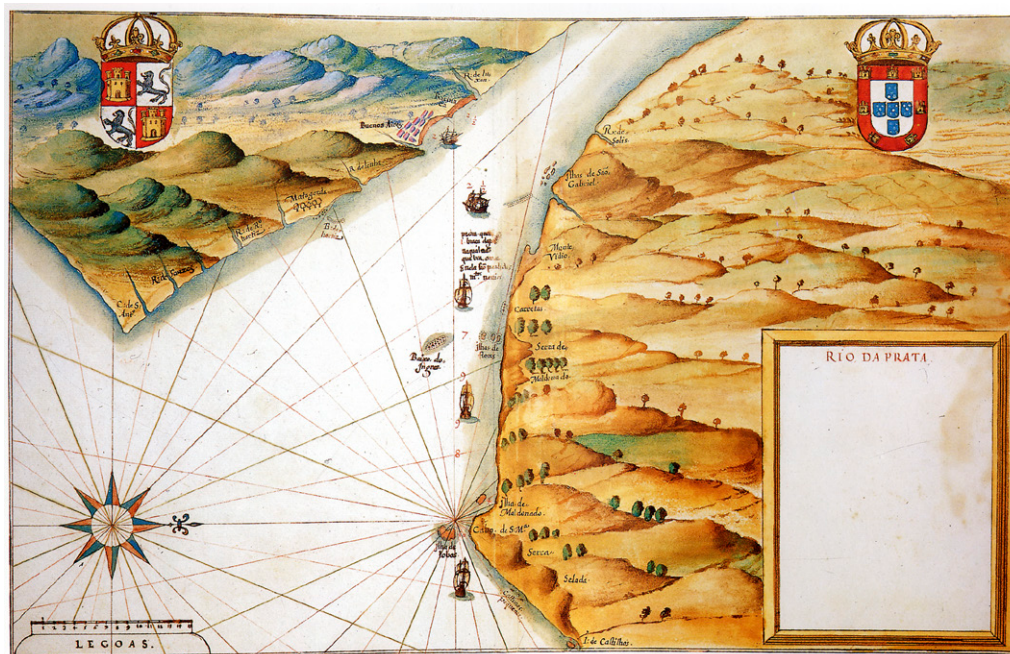


Figura 1. João Teixeira Albernaz o Velho, O Rio da Prata, 1631. Desenho cartográfico. Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro.

complexo histórico e geográfico criado no século XVI e que se estendeu até ao início do século XVIII, que englobava a Espanha, Portugal, a Flandres, as fortalezas hispânicas do Norte de África, a costa ocidental e centro-ocidental de África, as ilhas atlânticas (Açores, Madeira, Canárias, Cabo Verde, São Tomé), bem como as Américas espanhola e portuguesa.¹⁹

Desde os primórdios da sua formação, a sociedade rioplatina foi composta por habitantes dos diferentes reinos peninsulares pertencentes à Coroa de Castela, aos quais se juntou um forte contingente de portugueses, mesmo antes de 1580, quando Filipe II herda a Coroa de Portugal e este reino se agrega ao mesmo império ibérico. Os grupos indígenas existentes no território do Prata nunca foram objecto de assimilação. Essa sociedade, que em momento algum foi “espanhola,” mas antes ibérica e sucessivamente enriquecida pelas contribuições dos contatos atlânticos, deixou a sua marca na língua falada na Argentina, um castelhano com certas características da fonética portuguesa e algumas particularidades gramaticais e lexicais de forte inspiração lusitana.

19. Francisco Bethencourt, “The Iberian Atlantic: Ties, Networks, and Boundaries,” em *Theorising the Ibero-American Atlantic*, eds. Harald E. Braun e Lisa Vollendorf (Leiden: Brill, 2013), 15.

A instalação dos portugueses na Banda Oriental, com a fundação da Colónia do Sacramento em 1680, após a Secessão (FIG. 1), apenas reforçou o carácter ibérico inicial; como acontece em qualquer porto, toda a região foi sempre marcadamente cosmopolita. De acordo com F. Jumar, no caso de Buenos Aires é a região, não o rio, que marca a existência de uma fronteira; mas mais do que uma fronteira entre Portugal e Espanha na América do Sul, estamos perante uma fronteira entre a América do Sul e o mundo atlântico.²⁰

O vice-reino do Rio da Prata, tardiamente criado em 1776, englobava duas regiões: o litoral, que compreendia o território que hoje corresponde à República do Uruguai, a província de Buenos Aires, e as províncias que eram acessíveis por tráfego fluvial, Entre Ríos, Corrientes e Santa Fe; e o interior, composto por todas as províncias servidas por ligações terrestres, de Córdoba à cordilheira dos Andes, incluindo povoações como Mendoza, Santiago do Chile, La Rioja, Catamarca, Santiago del Estero, Tucumán, Salta e Jujuy, e o complexo mineiro de Potosí, no Alto Peru (actual Bolívia), o principal mercado de que estava dependente a região. A este extenso território, há que juntar, como já vimos, a consideração do mercado externo composto pelas ligações atlânticas ao Brasil, a África e à Europa.²¹

É justamente esta integração de Portugal Continental, do Brasil e do Rio da Prata num mesmo complexo atlântico triangular, por sua vez ligado por rotas terrestres ao Alto Peru, e a Lima e Potosí em particular, e por outras vias à Nova Espanha, até mesmo ao Pacífico e às Filipinas, que nos interessa analisar, na perspectiva das trocas artísticas. A mobilidade dos agentes humanos (com a migração clandestina, ou a deserção), e a livre circulação dos objectos (através de dinâmicas e redes comerciais independentes dos circuitos oficiais, mas sobretudo do contrabando e da importação legal) tornaram a zona de fronteira do Rio da Prata uma área de fortíssima integração e complementaridade, mais do que uma região de conflito; embora os súbditos de ambas as Coroas ibéricas se tenham oposto quase em permanência, essa conflitualidade, perceptível a nível oficial, não conduziu a uma radical estagnação quanto a influências recíprocas. Pelo contrário, o que encontramos nas possessões espanholas e portuguesas da América do Sul no período barroco é uma realidade estética e artística vivida em complementaridade

20. "C'est la région, et non le fleuve, qui marque l'existence d'une frontière; mais plus qu'une frontière entre le Portugal et l'Espagne en Amérique du Sud, il s'agit d'une frontière entre l'Amérique du Sud et le monde atlantique." Fernando Jumar, "Le commerce atlantique au Rio de la Plata, 1680-1778" (dissertação de doutoramento, École des Hautes Études em Sciences Sociales, 2000), 334.

21. Seguimos aqui a definição proposta por Jonathan C. Brown, *A Socioeconomic History of Argentina, 1776-1860* (Cambridge: Cambridge University Press, 1979), 2.

de interesses partilhados. Centrando-nos nas obras de arte e nos bens de consumo com uma componente estético-artística, e acompanhando o que já chamámos o “trilho dos objectos,” pretendemos dar alguns exemplos desta circulação intensa entre impérios, que obviamente deixou influências artísticas recíprocas em ambas as margens do estuário do Prata.

Se formos capazes de escrutinar os artefactos ignorando ideias preconcebidas, veremos que pouco há nesta arte colonial de simplesmente derivativo de modelos europeus. O que encontramos aqui não é de todo um barroco *na* América Latina, um estilo transplantado, só que empobrecido, esquematizado pelos avatares do transplante e do afastamento. Se atentarmos às condições de recepção, às trocas e à interacção cultural, encontramos antes um novo modelo de diversidade baseado preferencialmente nas inter-relações e nas zonas de contacto e de intersecção, e não tanto na autonomia e na noção de “pureza” cultural.²² As fronteiras constituem-se assim como zonas de intensas trocas culturais e étnicas, muito mais evidentes aqui do que em áreas mais homogéneas. São zonas de transculturação, de inter-relação e de contacto efectivo: trata-se de um espaço que não coincide com os limites territoriais oficialmente reconhecidos pelas jurisdições ibéricas, mas que o excede, não através da apropriação efectiva do solo, o que só muito esporadicamente aconteceu, mas sim através do cruzamento de várias influências políticas, económicas, sociais e culturais. A fronteira manifesta-se aqui não pela marginalização ou exclusão, mas sobretudo pela integração.

Ao discutir a questão das fronteiras no Brasil colonial, Russel-Wood considera a fronteira como uma metáfora, uma área de interacção entre diferentes culturas. Demonstra que no caso do Brasil colonial o conceito linear de fronteira tem pouca aplicabilidade fora da órbita política relacionada com territorialidade e imperialismo. Apesar das dificuldades impostas pelas comunicações e transportes deficientes, esta colónia exibiu um grau notavelmente elevado de unidade socio-económica e política. A própria ambiguidade inerente à palavra “sertão” – terra de ninguém e contudo zona de permanência de marginais – faz jus a esta fronteira entendida como um limite entre culturas: sendo uma área de difícil acesso, onde a jurisdição civil ou eclesiástica era ineficaz, esse território constituía-se essencialmente como refúgio e terra de todas as oportunidades. Os seus habitantes eram de alguma forma “transfronteiriços,” uma vez que a dificuldade de circulação, a distância e os acidentes geográficos os colocavam fora da alçada do

22. Claire Farago, “Reframing the Renaissance,” em *Reframing the Renaissance: Visual Culture in Europe and Latin America, 1450-1650*, ed. Claire Farago (New Haven/London: Yale University Press, 1995), 8 e 13.

poder organizado.²³ No que concerne ao funcionamento da moral social, é espantoso o contraste entre a severidade das regras (separação de castas, regulamentações político-económicas rígidas, etc.) e a prática consentida do desvio à norma (contrabando, pirataria, libertinagem, compadrios) que encontramos nestes territórios de fronteira na época colonial.²⁴

As historiografias nacionais dedicaram-se durante longas décadas a eludir as circulações, “impermeabilizando as suas fronteiras,” para usar a feliz expressão de Gruzinski.²⁵ Estas divisórias artificiais repercutem-se na América, separando-se o Brasil da América hispânica, por sua vez fragmentada numa miríade de histórias nacionais.

Para a historiografia do sul do Brasil – que, para além da norte-americana, é uma das raras em território americano a reflectir sobre a questão do seu próprio desenvolvimento espacial –, a questão da fronteira constitui-se como um tema fundamental. No entanto, a historiografia sulista dedicou-se a construir um passado colonial que minimiza a sua articulação com a bacia do Prata, colocando a tónica na relação daquela região brasileira com a Coroa portuguesa e com o Brasil. Tal atitude, relacionada com a necessidade de construção de uma identidade nacional, leva a que se ignore que no passado extensas áreas do seu território estiveram indistintamente sob influência tanto espanhola como portuguesa. Na zona do Prata, o encontro cultural mais relevante não foi o que colocou frente a frente a Europa e a América, num contexto de “cultura de conquista,” onde operam complexos factores de relação e de conflito e onde a cultura dominante, nesta nova dimensão continental, se vê confrontada com processos de transformação, adaptando-se e aperfeiçoando-se nesse encontro, como aconteceu noutros territórios mais a norte.

O facto de os artistas actuarem em espaços abertos e grandemente desprovidos de meios de controlo conferiu-lhes um maior grau de liberdade expressiva. A necessidade dotou os artesãos de disciplina e criatividade, permitindo-lhes integrar experiências locais. A componente luso-brasileira e certos sectores crioulos e mestiços adquiriram uma maior visibilidade no âmbito do exercício profissional das artes e mesteres artísticos no Rio da Prata, para o que contribuiu grandemente o abandono dos ofícios por parte dos espanhóis e o descrédito social a que estavam sujeitos os que trabalhavam manualmente.²⁶

23. A.J.R. Russel-Wood, “Fronteiras no Brasil colonial,” *Oceanos*, n.º 40 (1999): 8-20.

24. Cf. Carmen Bustillo, *Barroco y América Latina: un itinerario inconcluso* (Caracas: Monte Ávila Latinoamericana, 1990), 74-75.

25. Gruzinski, *Les quatre parties du monde*, 27.

26. Ramón Gutiérrez, “Encuentros, conflictos y síntesis en la arquitectura americana. Siglos XVI y XVIII,”



Figura 2. Anónimo, Par de sacras, séc. XVIII. Prata. Tesouro da Catedral de Buenos Aires.

Cerca de 1700, um observador da sociedade colonial espanhola, o padre Miguel Herle, afirmava: “En esta parte del nuevo mundo son tenidos por nobles todos los que vienen de España, o sea todos los blancos; se les distingue de las demás gentes en el lenguaje, en el vestido, pero no en la manutención y habitación que es de mendigos; no por eso dejan su ufanía y soberbia; desprecian todas las artes; el que algo entiende y trabaja con gusto, es despreciado como esclavo; por el contrario el que nada sabe y vive ociosamente es un caballero, un noble.”²⁷ Para manter o seu estatuto, a elite espanhola necessitava da pequena burguesia portuguesa, hábil nos negócios, socialmente muito maleável e capaz de exercer com destreza os ofícios braçais e artesanais aprendidos no Brasil ou na metrópole. Estrangeiros, mulatos e mestiços desempenhavam quase todos os ofícios que os espanhóis consideravam inadequados para os seus merecimentos, o que fez com que estes últimos quase não tivessem tido expressão entre a massa dos artesãos. De facto, os espanhóis constituíam uma minoria acentuada face aos artífices estrangeiros. Serão estes que irão dar fluidez à vida material da colónia, e fazer com que a influência castelhana não seja nem pura, nem muito notória, nos templos, casas, móveis, ourivesaria e em todos os aspectos da cultura rio-platina.

em Colectânea de estudos. Universo urbanístico português, 1415-1822, eds. Helder Carita e Renata Araújo (Lisboa: CNCDP, 1998), 305-307.

27. Cit. por Fernando O. Assunção, “La presencia de la Colonia del Sacramento y el primer gran cambio de la ciudad de Buenos Aires,” em VI Congreso Internacional de Historia de América, tomo III (Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1982), 342.

De entre os estrangeiros, os portugueses ocuparam um lugar de relevo. Várias actividades artesanais, como a ourivesaria, estiveram maioritariamente nas mãos dos artistas lusos ou luso-brasileiros. No início do século XVII, há notícia da chegada dos primeiros ourives lusitanos a Buenos Aires, alguns vindos de Portugal Continental, outros do Brasil. A análise dos censos posteriores revela que o seu número foi extremamente significativo, e mesmo possivelmente bastante superior ao registado, já que muitos artífices preferiam ocultar a sua origem, claramente indiciada nos apelidos.

A existência na capital platina de uma notável quantidade de obras de prataria de características luso-brasileiras, principalmente marcadas pela estética rococó, leva-nos a pensar que o auge da influência artística portuguesa se terá feito sentir no século XVIII e não tanto em períodos mais recuados (FIG. 2). Esta afirmação terá contudo que ser cautelosa, pois há que considerar não só o crescimento demográfico verificado no Rio da Prata de um século para o outro, que levou a um aumento significativo da produção e do consumo, mas o facto de muitas peças seiscentistas não terem resistido à passagem do tempo, tendo estado mais sujeitas a alterações, refundições, ou à destruição pura e simples.²⁸

A abundância de prata nos territórios americanos ajuda a explicar não só o papel de destaque das actividades a ela ligadas, como a enorme proliferação de objectos lavrados neste metal. Tal abundância levou mesmo a que a prata perdesse em parte o valor simbólico que detinha na Europa, e se tornasse um material absolutamente banal, de tal forma que, quando se pretendia encomendar um objecto considerado raro e precioso, optava-se expressamente por outro tipo de matéria-prima que não a prata, como o ébano, a tartaruga, o nácar ou o marfim. Na região platina, o uso da prata no espaço doméstico era uma necessidade, perante a crónica falta de louça e os elevados preços atingidos pela cerâmica, mas também um instrumento para contornar o pagamento de taxas fiscais, dado que uma real cédula de 1652 tolerava o incumprimento desta obrigação quanto à prata lavrada para uso nas casas de habitação.²⁹

As ligações entre Buenos Aires e o Brasil conheceram um novo desenvolvimento com a descoberta das minas de ouro no interior do território brasileiro

28. Para uma descrição e análise destas peças de ourivesaria, bem como de outras obras de influência ou de factura luso-brasileira existentes no espaço platino, cf. Maria José Goulão Machado, "La puerta falsa de America". A influência artística portuguesa na região do Rio da Prata no período colonial" (2 vols., dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005).

29. Cristina Esteras Martín, "La platería barroca en Perú y Bolivia," em *Barroco Iberoamericano. De los Andes a las Pampas*, ed. Ramón Gutiérrez (Barcelona e Madrid: Lunverg Editores, 1997), 170.



Figura 3. Construções do período de ocupação portuguesa, Colônia do Sacramento.

em 1693, a que se seguiu a exploração das minas de diamantes a partir de 1729. Este activo comércio provocou uma movimentação de mercadores, atraídos pelas suas potencialidades. O contrabando, que se torna habitual nos portos brasileiros, apesar da oposição sistemática da Coroa portuguesa ao comércio feito por estrangeiros, e que envolvia os portos do Rio de Janeiro, de Santos, do Recife e do Salvador da Bahia, estimulou a procura de bens de exportação, dando azo ao desenvolvimento de outras manufacturas e actividades no *hinterland* destes portos. A importação de bens mais em conta através do contrabando permitiu igualmente que sectores mais alargados da população luso-brasileira tivessem acesso a produtos manufacturados, artigos de luxo e têxteis, que custariam preços proibitivos para a classe média se adquiridos no circuito oficial Lisboa-Brasil, altamente penalizador em termos de taxas. Esta prática estava bem integrada na vida quotidiana da sociedade colonial, não sendo particularmente reprovável aos olhos da população. Embora a Coroa procurasse por diversos meios estancar as exportações ilegais de ouro, diamantes e açúcar pelos portos brasileiros, os agentes do poder real mostravam uma atitude bastante permissiva em relação ao contrabando com a América espanhola. A própria estratégia geopolítica da região esteve dominada por este designio, com a fundação, em 1680, da Colônia do Sacramento, um entreposto comercial português no Rio da Prata que se torna um ponto central para o comércio trans-imperial (FIG. 3). Pela via da Colônia, os mercadores

portugueses puderam extrair ilegalmente grandes quantidades de prata e de couros, e introduzir em Buenos Aires madeiras duras, entre as quais o jacarandá, e móveis do Brasil, têxteis, sedas, ferro, roupas e outros produtos manufacturados europeus, e sobretudo escravos africanos (para além de outros bens de consumo como especiarias, cachaça, tabaco, café e açúcar), numa lógica de complementaridade de interesses que marca as relações entre ambas as potências imperiais nesta região.³⁰

Com efeito, todos os produtos manufacturados e géneros necessários à vida quotidiana vindos da Europa pela via oficial da Carreira das Índias e da frota do Pacífico chegavam a Buenos Aires de forma muito esporádica e com preços absolutamente incontroláveis, já que, desde Callao, seguiam por terra, transportados em dorso de mulas ou de lhamas, para Lima, e daí por Cuzco, Potosí, Salta, Tucumán, Córdoba e Santa Fe, numa rota que cortava os Andes e unia os dois oceanos, estendendo-se por mais de 4 000 quilómetros. Devido a este conjunto de circunstâncias, e dado que a Carreira das Índias não supria senão uma ínfima parte das necessidades da região, Buenos Aires encontrava-



Figura 4. Anónimo, Santa Ana ensinando a Virgem a ler, séc. XVIII, Brasil. Escultura em madeira encarnada, dourada e estofada. Col. Eduardo Dürnhöfer, Buenos Aires.

30. Fabrício Prado, "Addicted to Smuggling. Contraband and Trade in Eighteenth-Century Brazil and Rio de la Plata," em *Corruption in the Iberian Empires. Greed, Custom, and Colonial Networks*, ed. Christoph Rosenmüller (Albuquerque: University of New Mexico Press, 2017), 197-199. Fabrício Prado, "El Tratado de Utrecht y sus consecuencias en el Atlántico Sur. La Colonia del Sacramento y la presencia lusitana en el Río de la Plata," em *Ressonancias imperiales. América y el Tratado de Utrecht de 1713*, eds. Iván Escamilla González, Matilde Souto Mantecón e Guadalupe Pinzón (México: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas, 2015), 219.



Figura 5. Anónimo, Espaldar de catre, séc. XVIII, Brasil. Madeira de jacarandá. Col. Carlos de Basabe Castellano, Montevideu.

-se dependente essencialmente do contrabando, facto comum, aliás, a outras regiões marginais das Índias de Castela. O potencial desta zona como rota alternativa para a riqueza das minas não passara despercebido aos portugueses do Brasil. Durante o final do século XVII e todo o século XVIII, a cidade platina, sendo o único ponto de conexão dos territórios espanhóis com a Europa pela via atlântica, tornou-se um ponto nevrálgico para um intenso tráfico comercial clandestino.

Vamos assim encontrar, desde os finais do século XVI, poderosos laços comerciais, estabelecidos à margem da lei, entre o Rio da Prata, o Brasil e Portugal Continental, que determinam e explicam em grande parte a forte influência luso-brasileira na região platina. Temos em Buenos Aires inúmeros registos

desta influência artística luso-brasileira, expressa de forma muito significativa na ourivesaria e no mobiliário, mas também na imaginária (FIG. 4), na talha, ou na retabulística. A referência nos inventários platinos do século XVIII ao mobiliário de directa proveniência brasileira chega a surpreender, tal é a sua abundância. Constantemente surgem descrições de escritórios de jacarandá feitos no Brasil, bufetes de jacarandá marchetados de marfim, catres de pau-santo do Brasil, cadeiras do Brasil de madeira de jacarandá, etc. Este mobiliário de influência portuguesa destronará por completo o móvel espanhol e tornar-se-á de uso corrente durante todo o século XVIII e no início do século XIX (FIG. 5).

O comércio clandestino, baseado no pagamento de subornos aos funcionários portuários (que auferiam de salários de miséria) como forma de escapar aos elevados impostos, assentava em alianças de negócios, favores

políticos, conluios e corrupção. Em 1756, no Rio de Janeiro, as autoridades oficiais dispersam uma rede de contrabando de diamantes que incluía ourives e mercadores importantes como Felisberto Caldeira Brandt, o possuidor do monopólio de diamantes no Brasil. Os contrabandistas conseguiam enviar ouro não taxado e diamantes directamente para Lisboa. Na Bahia, desmantela-se também uma rede de tráfico de ouro de Minas Gerais para o porto do Salvador e daí para a África oriental, para financiar o tráfico de escravos. Em fevereiro de 1761, o conde de Bobadela, capitão-general das capitanias do Sul, informa Lisboa da sua pretensão de dominar os “descaminhos” do ouro ao longo das rotas comerciais brasileiras. Na mesma altura, a Coroa regula as actividades dos ourives do ouro para limitar a venda de ouro em pó e as suas exportações ilegais. Restringindo a menos de doze o número de oficiais que podiam manipular o metal precioso, o governo português procura controlar o fluxo do produto na sua origem. Apesar do baixíssimo número de ourives do ouro no Rio de Janeiro, que variava entre 3 e 5, em 1766 as autoridades reportam mais de 440 ourives não registados, que trabalhavam grandes quantidades de ouro e prata escapados aos impostos, na rua do Ouvidor, em pleno centro do Rio.³¹

A mudança da capital do Salvador da Bahia para o Rio de Janeiro, em 1763, e a criação do tribunal da relação nessa cidade, permitiram à Coroa um maior controlo sobre estas actividades ilegais e o aumento do número de inspecções e confiscações, apesar de frequentemente se deixar cair as acusações, libertando-se os acusados mesmo antes de irem a julgamento. Ao tornar-se a capital do Brasil, o Rio de Janeiro ganhou um novo protagonismo económico e político na América portuguesa, dado que os seus comerciantes controlavam o comércio com a região platina. O fluxo de prata da América espanhola, adquirida ilegalmente, supria as necessidades da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, onde um peso de prata espanhola, avaliado à chegada em 760 réis, era inflacionado para 940 réis. Além disso, o Rio da Prata estava ligado aos mercados do Alto Perú, regiões periféricas do sistema comercial oficial espanhol onde havia uma escassez crónica de têxteis, papel, açúcar, cachaça e escravos, suprida a partir do Brasil. A Colónia do Sacramento e Buenos Aires tinham assim relações de complementaridade, assumindo papéis que se ajustavam no que concerne ao comércio da região. As trocas atlânticas e as conexões trans-imperiais entre mercadores do Brasil e da América hispânica foram as forças responsáveis pelo desenvolvimento deste centro urbano luso-platino.³² F. Jumar considera mesmo que as duas cida-

31. Prado, “Addicted to Smuggling,” 202-204.

32. Fabrício Prado, *Edge of Empire: Atlantic Networks and Revolution in Bourbon Río de la Plata* (Oakland: University of California Press, 2015), 13.

des integravam o que designa de complexo portuário do Rio da Prata.³³ As autoridades de ambos os lados do estuário do Prata apoiavam e eram coniventes com este tráfico, embora a troca camuflada de bens entre a Colónia e Buenos Aires escandalizasse repetidas vezes as elites comerciais portenhas. A coberto do comércio semi-oficial entre ambos os portos, que floresceu no século XVIII, muitos navios portugueses introduziam bens ilegais em Buenos Aires, e era frequente traficantes, contrabandistas e pequenos comerciantes ambulantes disfarçados de marinheiros saltarem dos navios logo à entrada do porto, descarregando sacos de produtos para comerciar. A disposição da costa, com múltiplas pequenas enseadas, ilhotas, baixios de areia e praias isoladas na margem norte do estuário, facilitava o contrabando e tornava muito difícil a vigilância por parte das autoridades portuárias. Era comum os agentes da Coroa espanhola procederem à apreensão de fardos com bens de contrabando deixados pelos contrabandistas nestas pequenas enseadas costeiras: em 1742, os oficiais confiscaram quatro trouxas contendo tapetes, papel, luvas e outros bens manufacturados, em Las Barracas, à entrada do porto, adquiridos por habitantes da cidade portenha a negociantes da Colónia e introduzidos ilegalmente a coberto da facilidade de navegação em pequenas embarcações. Os próprios governadores da Colónia participam activamente neste lucrativo contrabando. Luís Garcia de Bivar (1749-1759), referenciado elogiosamente pelos espanhóis como o “capitão embaixador” da Colónia em Buenos Aires, tornou-se um membro activo de uma empresa comercial que importava têxteis, bens manufacturados, açúcar, cachaça, tabaco e escravos para o Rio da Prata. Não obstante, em 1755 a Coroa portuguesa recompensa-o pelos seus serviços como governador, demonstrando assim a sua conivência com o contrabando e as actividades ilícitas.³⁴

É pois neste contexto espacial de grande porosidade, onde espanhóis e portugueses interagiam de diversas formas, que é necessário analisar os objectos e obras de arte que circulavam na região no período barroco, resultado também desta complementaridade de interesses. A comunidade de mercadores dos dois lados do Prata mantinha-se unida em diversas oportunidades institucionais de sociabilização, e as instituições religiosas forneceram igualmente uma plataforma eficaz para apoiar o comércio trans-imperial. Os comerciantes de ambos os centros urbanos eram membros ativos das mesmas confrarias de leigos, especialmente da irmandade franciscana. A participação em actividades religiosas em geral e em irmandades laicas em particular não apenas ajudou a reforçar os laços institucionais que cruzavam o estuário,

33. Cf. Jumar, “Le commerce atlantique”.

34. Prado, “Addicted to Smuggling,” 205-210.

mas também garantiu a existência de vínculos de solidariedade e de confiança e possibilidades de negócio entre os comerciantes de ambas as margens. As instituições religiosas ajudavam a apoiar este comércio trans-imperial. Na ausência de títulos nobiliárquicos ou relacionados com a posse da terra, a ostentação e a aparência de uma vida faustosa marcavam a pertença aos estratos sociais mais elevados. A representação do poder era conseguida maioritariamente através da arquitectura, das actividades religiosas, do desempenho de funções e da participação na vida da comunidade. Durante o período colonial, a inserção em irmandades religiosas era cobijada pelas elites mercantis, não apenas como afirmação do seu estatuto e riqueza mas também porque desfrutavam de benefícios financeiros e comerciais; essas instituições eram, como sabemos, responsáveis pela caridade, pela assistência, pelo cuidado aos doentes e pela sepultura dos mortos. Os membros das confrarias sabiam que

podiam contar com a entajada, e obter empréstimos e crédito ao nível local. Em 1722, apenas cinco anos após o restabelecimento da Colónia do Sacramento pelos portugueses, contam-se sete irmandades religiosas nesta praça-forte, atestando a importância do patronato e da pertença a estas congregações religiosas. As principais autoridades e comerciantes luso-brasileiros eram mecenas das igrejas e capelas, como aconteceu com Manoel Botelho de Lacerda, o patriarca da mais distinta e influente família da Colónia, que aí manda erguer uma capela dedicada a Santa Rita, construída no estilo



Figura 6. Anónimo, Turíbulo, 1737. Procedente do mosteiro de Nossa Senhora do Pilar, em Buenos Aires, para onde foi trazido pelo vice-rei Cevallos da Colónia do Sacramento, em 1777. Prata, correia de bronze. Col. Horacio Porcel, Buenos Aires.

da capela dedicada à mesma santa no Rio de Janeiro, e consagrada por um sacerdote vindo desta cidade brasileira, em 1723. Nas décadas seguintes, Botelho adquiriu várias imagens religiosas, alfaia litúrgica e objectos de prata lavrada em Buenos Aires para ornamentar a sua capela. Essas imagens, compradas aos franciscanos e aos religiosos do Carmo naquela cidade, foram abençoadas pelo bispo de Buenos Aires. O uso de imagens abençoadas por um sacerdote espanhol numa capela portuguesa só se tornou verdadeiramente um problema em 1748, quando o bispo do Rio de Janeiro ameaçou excomungar os moradores que compareciam às missas celebradas na capela na Colónia. A justificação para uma medida tão extrema era a de que as imagens e alfaia litúrgica tinham sido abençoadas por clérigos de um bispado que escapava à jurisdição do Rio de Janeiro.³⁵ (FIG. 6)

As interações de ordem económica eram assim acompanhadas de interações culturais e artísticas; as ordens religiosas, irmandades laicas e ordens terceiras forneciam um enquadramento institucional relativamente seguro e protegido para as relações trans-imperiais concretizadas na aquisição frequente de obras de arte e de artefactos religiosos, passando por cima da formalidade das fronteiras imperiais: a realidade era a de uma grande fluidez cultural. As redes religiosas forneciam ainda pretexto para amplas interações sociais e económicas que ultrapassavam e ignoravam os limites imperiais, muitas vezes em violação clara das regulações e interesses dos centros de poder colonial como o Rio de Janeiro e Lima. A presença de religiosos portugueses e de irmãos leigos entre os franciscanos de Buenos Aires e o seu envolvimento em actividades económicas com a Colónia, inclusivamente no tráfico de escravos, provam a força destas redes trans-imperiais que ligavam as comunidades mercantis da América portuguesa e da América espanhola. Tanto franciscanos como jesuítas mantinham estreitos laços com as comunidades mercantis de ambas as margens do Prata e usavam as suas redes privilegiadas de comunicação e transporte para facilitar contactos e exportar prata americana e importar bens manufacturados.³⁶

A documentação mostra igualmente a frequente participação de membros das comunidades luso-brasileira e espanhola em festividades religiosas e civis na Colónia do Sacramento. Dada a sua posição estratégica numa zona de fronteira, cobiçada por ambas as Coroas, e sujeita a uma permanente negociação, esta praça forte era um poderoso símbolo de poder da monarquia lusitana, uma metáfora barroca que se prestava a legitimar e afirmar o seu

35. Prado, *Edge of Empire*, 27-30.

36. Prado, *Edge of Empire*, 32-33.

brilho e esplendor. A Colónia servia, assim, não só desígnios estratégicos, geopolíticos e comerciais, mas tomava também parte na política de glorificação da monarquia portuguesa.³⁷

Em Janeiro de 1730, aquando dos festejos do casamento do príncipe D. José com a infanta D. Mariana Vitória, o governador da Colónia, António Pedro de Vasconcelos, organizou uma grande festa e muitas individualidades de Buenos Aires aceitaram o convite para estarem presentes. O governador refere a importância de realizar os festejos sem atender à despesa ou ao endividamento daí resultante, “por ser aquela praça fronteira, e irem testemunhá-lo de Buenos Aires pessoas graves e de carácter, que aceitaram seu convite.” As festividades constaram de “três noites de luminárias, fogos de artifício e descargas de artilharia, festa de igreja acabando numa solene procissão, cavalcadas, touradas e comédias, dando trinta dias sucessivos, que durou a festividade, mesa pública às pessoas de distinção e aos vizinhos hóspedes.” Este convite “à nobreza e [aos] militares da cidade de Buenos Aires” para celebrar os casamentos reais na Colónia do Sacramento ajudou às relações entre ambos os territórios, dado que Vasconcelos se regozija com o facto de “os convidados [voltarem] mui agradados do agasalho e cortejo que lhe fez pelo decurso de trinta dias que ali se detiveram, experimentando desde então distinta correspondência do que até ali tinham.”³⁸

Em 1752, ano da aclamação de D. José I, são ordenados luzidos festejos com 3 dias de luminárias em honra do novo monarca. Fez-se um cortejo com *Te Deum* solene na matriz, iluminada e enfeitada para a ocasião, e durante três dias o governador Luiz Garcia de Bivar ofereceu bailes de máscaras e jantares a mais de setenta convidados, “pessoas de distinção.” No espaço público, realizaram-se ainda exercícios militares, cavalcadas e touradas, para as quais foram contratados toureiros espanhóis. Os convidados assistiram a danças, uma tragicomédia, e duas comédias, uma portuguesa e a outra espanhola, podendo ver-se nos camarotes e palanques “varias pessoas, hespanholas e portuguesas, que de Buenos Ayres vierão assistir a estes festejos.” É de salientar que os espanhóis de Buenos Aires são acolhidos como bons vizinhos em visita de cortesia, e participam nos festejos de aclamação do monarca da potência rival.³⁹

37. Paulo César Possamai, *A vida quotidiana na Colónia do Sacramento (1715-1735)* (Lisboa: Livros do Brasil, 2006), 322.

38. Consulta do Conselho Ultramarino, 19 de Abril de 1730, Arq. 1.1.26, fls. 67-71v., Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cit. em Possamai, *A vida quotidiana*, 322-323.

39. Relação das festas que fez Luiz Garcia de Bivar (Lisboa: Oficina de Pedro Ferreira, 1753), cit. em Possamai, *A vida quotidiana*, 324. Cf. Machado, “La puerta falsa de America,” vol. I, 249.

As madeiras, muito baratas no Rio de Janeiro, eram usadas como lastro dos navios e forneciam bom lucro aos comerciantes. A exportação de madeiras de lei e de móveis já prontos para Buenos Aires era frequente durante a União Ibérica. Após a Restauração, terminando o comércio legalizado, as madeiras do Paraguai passaram a ser as mais usadas em Buenos Aires, mas o comércio madeireiro com o Brasil continuou activo através do contrabando. Em fins do século XVIII, Concolorcorvo observava que as casas daquela cidade platina possuíam “bons móveis que podem trazer da rica madeira do [Rio de] Janeiro, pela Colónia do Sacramento.”⁴⁰ Do Brasil chegavam móveis em madeiras exóticas, bufetes, camas e cadeiras de jacarandá, imaginária, madeira para construção e para retábulos, etc. O mobiliário luso-brasileiro não teve qualquer presença significativa em nenhuma área da América hispânica, salvo no Rio da Prata e regiões limítrofes, onde originou um curioso fenómeno de produção artesanal lusitana em pleno mundo hispânico, que se estendeu até ao centro e norte e chegou mesmo ao Chile.

Entre 1778 e 1806, pelo menos 231 navios dedicados ao tráfico trans-imperial fizeram a travessia das costas brasileiras para o Rio da Prata, atracando em Montevideo, que entretanto se tornara verdadeiramente o porto de Buenos Aires, em substituição da Colónia do Sacramento; dessas embarcações, 116 eram portuguesas. 47 desses navios tinham ancoradouro permanente no Rio de Janeiro. Dos 81 navios de bandeira espanhola, 32 entraram em Montevideo depois de fazerem escala em portos portugueses, e 44 declararam o Rio de Janeiro como porto de escala de saída. Estes números são expressivos da força da conexão entre as elites mercantis de Montevideo e do Rio de Janeiro neste período. Os navios espanhóis vinham carregados de produtos brasileiros ou europeus, ou de escravos.⁴¹

A importância da rota que ligava o Rio de Janeiro ao Rio da Prata era tão significativa que em 1799 comerciantes e agricultores brasileiros situados ao longo dos caminhos para Minas Gerais disponibilizavam mais de 200 produtos diferentes destinados à exportação para o Rio da Prata, como consta em documentos que indicam preços e taxas de lucro. A lista incluía bens de origem luso-brasileira e europeia.⁴²

A imagem mais venerada na Argentina, Nossa Senhora de Luján, padroeira do país, está ligada a estas grandes redes comerciais atlânticas

40. Concolorcorvo (Alonso Carrió de la Vandra), *El Lazarillo de Ciegos Caminantes* [1773] (Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985), 25, cit. em Possamai, *A vida quotidiana*, 375.

41. Fabricio Prado, “Trans-Imperial Networks in the Crisis of the Spanish Monarchy: The Rio de Janeiro-Montevideo Connection, 1778-1805,” *The Americas* 73, no. 2 (2016): 218-222 e 235.

42. Prado, “Trans-Imperial Networks,” 222.

organizadas a partir de Buenos Aires. Embora esteja hoje coberta de adornos e roupagens, que não permitem o seu estudo, a Virgem de Luján é uma simples imagem de terracota de feição popular, possivelmente de oficina da região de São Paulo, onde houve nos séculos XVI e XVII uma tradição de imaginária em barro cozido. Trata-se de uma Nossa Senhora da Conceição, uma de duas imagens de barro paulistas mandadas vir do Brasil por volta de 1630, por um português de Córdoba, D. António Faria de Sá, dono de uma fazenda em Sumampa (Santiago del Estero).⁴³ A segunda das duas imagens, uma Nossa Senhora da Consolação, ainda hoje é venerada no santuário desta localidade. Quanto à imagem da Virgem de Luján, não chegaria ao seu destino inicial: Faria de Sá encomendara ambas as imagens de barro a um piloto português, André Juan, que as trouxera por mar do Brasil em duas caixas. Conta a lenda que a intervenção divina fez com que a imagem de Luján estacionasse milagrosamente perto de Buenos Aires, nas terras de Bernabé Oramas, um traficante de escravos, contrabandista e apoderado do poderoso Juan de Vergara, o homem que, a partir de Buenos Aires, onde controlava o Cabildo, dominava a mais activa rede trans-imperial de comércio com o Brasil. A estância que ficou conhecida como de Rosendo Oramas, ficava no chamado *Camino Viejo*, a rota Buenos Aires-Lima, de circulação das carretas e das mercadorias legais e ilegais para os territórios do Norte, em direcção ao interior e ao Alto Perú. A devoção do clã Rosendo Oramas à “Limpia Concepción” é anterior à “milagrosa” paragem da Virgem nas terras da família, já que sabemos que na igreja de São Francisco de Buenos Aires havia uma capela de Nossa Senhora da “Limpia Concepción” onde foram sepultadas a sogra e a mulher do contrabandista. A ligação de Bernabé Oramas ao Brasil está patente no seu testamento de 1641, em que deixa em legado uma rica casa em Buenos Aires, peças de prata lavrada, móveis em jacarandá e várias estâncias ao longo do rio Luján com muitas cabeças de gado. Mais tarde, na década de 1670, a imagem é mudada para uma nova capela junto a Luján, na rota do novo Camino Real, nas terras de uma filha de um emigrante açoriano, ela mesma ligada a alguns dos mais poderosos homens de negócios e contrabandistas de Buenos Aires, o português Pedro de Roxas de Azevedo (cujo irmão, João Roxas de Azevedo, estudou em Coimbra e foi embaixador de D. João IV em Roma e amigo de D. Pedro II), Diogo da Veiga, natural da ilha da Madeira, e o espanhol Juan de Vergara. Como é demonstrado no excelente artigo dedicado a esta questão por J. C. Vilardaga,⁴⁴ a trajectória das imagens está ligada a uma poderosa

43. Machado, “‘La puerta falsa de America’,” vol. I, 406-407.

44. José Carlos Vilardaga, “Imagens em trânsito: as virgens de Luján e Sumampa e os circuitos coloniais na América Meridional na primeira metade do século XVII,” *Anais do Museu Paulista* 23, no. 2 (2015): 43-67.

cadeia de interesses que envolve relações de parentesco e clientelismos, e que entretece espaços transatlânticos e trans-regionais, apoiada numa ampla e estruturada rede de relações políticas e comerciais no espaço platino, pondo em acção os membros da elite portenha dos grandes contrabandistas, simultaneamente proprietários rurais, donos de escravos e mercadores com negócios em Potosí, Lima, Bahia, Luanda e Lisboa.

As artes decorativas em geral revelam-se assim um bom exemplo de como o território brasileiro e a região do Rio da Prata se integravam numa mesma zona cultural e artística. Neste domínio, como noutros, a região platina pouco tinha em comum com as grandes cidades peruanas e alto-peruanas, muito embora fossem estas os centros políticos e administrativos aos quais se encontrava oficialmente adstrita. A esfera cultural que englobava o Rio da Prata estendia-se ao Brasil e prolongava-se até Portugal Continental, através do Atlântico. Os principais comitentes de mobiliário, prataria e outros objectos artísticos de qualidade, os ricos comerciantes e burocratas da cidade, os membros do clero secular e das ordens religiosas, mantinham há muito relações estreitas com o Brasil, e deslocavam-se a essas paragens com frequência, sendo portanto permeáveis às correntes de gosto aí existentes. Encontramos assim nestas regiões uma dinâmica própria, em que mecanismos informais permitem anular fronteiras e limites estabelecidos formalmente pelos Estados, criando impérios paralelos, baseados em filiações, laços, trocas e relações que urge estudar com particular cuidado.

Bibliografia

- Antunes, Cátia, e Amélia Polónia. "Introduction." Em *Beyond Empires: Global, Self-Organizing, Cross-Imperial Networks, 1500-1800*, editado por Cátia Antunes e Amélia Polónia, 1-11. Leiden e Boston: Brill, 2016.
- Assunção, Fernando O. "La presencia de la Colonia del Sacramento y el primer gran cambio de la ciudad de Buenos Aires." Em *VI Congreso Internacional de Historia de América*, tomo III, 339-352. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1982.
- Bassi, Ernesto. "Beyond Compartmentalized Atlantics: A Case for Embracing the Atlantic from Spanish American Shores." *History Compass* 12, nº 9 (2014): 704-716.

- Bender, Thomas. "Foreword." Em *The Atlantic in Global History, 1500-2000*, editado por Jorge Cañizares-Esguerra e Erik R. Seeman, xviii-xxi. 2ª ed., Abingdon e New York: Routledge, 2018.
- Bethencourt, Francisco. "The Iberian Atlantic: Ties, Networks, and Boundaries." Em *Theorising the Ibero-American Atlantic*, editado por Harald E. Braun e Lisa Vollendorf, 15-36. Leiden: Brill, 2013.
- Bonialian, Mariano. "El galeón de Manila y el comercio entre Filipinas, México y Perú en la época colonial." Em *Tornaviaje. La nao de China y el Barroco en México, 1565-1815* (cat. da expos.), 38- 43. Puebla: Consejo Estatal para la Cultura y las Artes de Puebla, 2016.
- Brown, Jonathan C. *A Socioeconomic History of Argentina, 1776-1860*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- Bustillo, Carmen. *Barroco y América Latina: un itinerário inconcluso*. Caracas: Monte Avila Latinoamericana, 1990.
- Cañizares-Esguerra, Jorge, e Erik R. Seeman. "Introduction to the Second Edition: The Atlantic Paradigm Matures." Em *The Atlantic in Global History, 1500-2000*, editado por Jorge Cañizares-Esguerra e Erik R. Seeman, xxiv-xxx. 2ª ed., Abingdon e New York: Routledge, 2018.
- Concolorcorvo(Alonso Carrió de la Vandra). *El Lazarillo de Ciegos Caminantes*. [1773]. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985.
- Esteras Martín, Cristina. "La platería barroca en Perú y Bolivia." Em *Barroco Iberoamericano. De los Andes a las Pampas*, editado por Ramón Gutiérrez, 167-177. Barcelona e Madrid: Lunwerg Editores, 1997.
- Farago, Claire. "Reframing the Renaissance." Em *Reframing the Renaissance: Visual Culture in Europe and Latin America, 1450-1650*, editado por Claire Farago, 1-20. New Haven/London: Yale University Press, 1995.
- Fernández-Armesto, Felipe. "Empires in Their Global Context, c. 1500-c. 1800." Em *The Atlantic in Global History, 1500-2000*, editado por Jorge Cañizares-Esguerra e Erik R. Seeman, 95-113. 2ª ed., Abingdon e New York: Routledge, 2018.
- Figueirôa-Rêgo, João de. "Notas de errância e diáspora. A presença de cristãos-novos portugueses no Peru: inquisição e tabaco (séculos XVI-XVII)." Em *Descrição geral do Reino do Peru, em particular de Lima*, editado por Isabel Araújo Branco, Margarita Eva Rodríguez García e Teresa Lacerda, 33-53. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2013.
- Gruzinski, Serge. *La pensée métisse*. Paris: Fayard, 1999.

- Gruzinski, Serge. *Les quatre parties du monde: histoire d'une mondialisation*. s.l.: Éditions de La Martinière, 2004.
- Gutiérrez, Ramón. "Encuentros, conflictos y síntesis en la arquitectura americana. Siglos XVI y XVIII." Em *Colectânea de estudos. Universo urbanístico português, 1415-1822*, editado por Helder Carita e Renata Araújo, 303-311. Lisboa: CNCDP, 1998.
- Hyden-Hanscho, Veronika, Renate Pieper, e Werner Stangl, eds. *Cultural Exchange and Consumption Patterns in the Age of Enlightenment. Europe and the Atlantic World*. Bochum: Verlag Dr. Dieter Winkler 2013.
- Jumar, Fernando. "Le commerce atlantique au Río de la Plata, 1680-1778." Dissertação de doutoramento, École des Hautes Études em Sciences Sociales, 2000.
- Kaufmann, Thomas DaCosta, Catherine Dossin, e Béatrice Joyeux-Prunel. "Introduction: Reintroducing Circulations: Historiography and the Project of a Global Art History." Em *Circulations in the Global History of Art*, editado por Thomas DaCosta Kaufmann, Catherine Dossin e Béatrice Joyeux-Prunel, 1-22. 2ª ed., Abingdon e New York: Routledge, 2015.
- Machado, Maria José Goulão. "'La puerta falsa de America.' A influência artística portuguesa na região do Rio da Prata no período colonial." 2 vols., dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005.
- Mimoso, Juan Sardina. *Relación de la Real Tragicomedia con que los Padres de la Compañía de Jesús en su Colegio de San Antón de Lisboa recibieron a la Magestad Catolica de Felipe II de Portugal y de su entrada en este Reino*. Lisboa: Oficina de Jorge Rodriguez, 1620.
- Possamai, Paulo César. *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento (1715-1735)*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.
- Prado, Fabrício. "Addicted to Smuggling. Contraband and Trade in Eighteenth-Century Brazil and Rio de la Plata." Em *Corruption in the Iberian Empires. Greed, Custom, and Colonial Networks*, editado por Christoph Rosenmüller, 197-215. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2017.
- Prado, Fabrício. *Edge of Empire: Atlantic Networks and Revolution in Bourbon Río de la Plata*. Oakland: University of California Press, 2015.
- Prado, Fabrício. "Trans-Imperial Networks in the Crisis of the Spanish Monarchy: The Rio de Janeiro-Montevideo Connection, 1778-1805." *The Americas* 73, no. 2 (2016): 211-236.

Prado, Fabricio. "El Tratado de Utrecht y sus consecuencias en el Atlántico Sur. La Colonia del Sacramento y la presencia lusitana em el Río de la Plata." Em *Ressonancias imperiales. América y el Tratado de Utrecht de 1713*, editado por Iván Escamilla González, Matilde Souto Mantecón, e Guadalupe Pinzón Ríos, 199-220. México: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas, 2015.

Russel-Wood, A.J.R. "Fronteiras no Brasil colonial." *Oceanos*, n.º 40 (1999): 8-20.

Senos, Nuno. "El arte de la plata en el Brasil colonial." Em *Revelaciones. Las artes em América Latina, 1492-1820*, editado por Joseph J. Rishel e Suzanne Stratton-Pruitt, 232-237. México: Fondo de Cultura Económica, 2007.

Sullón Barreto, Gleydi. *Extrangeros integrados. Portugueses em la Lima virreinal, 1570-1680*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2016.

Ventura, Maria da Graça A. Mateus. "Quaresma, Tomé." Em *Dicionário do judaísmo português*, editado por Lúcia Liba Mucznik, José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, Esther Mucznik e Elvira de Azevedo Mea, 431. Lisboa: Editorial Presença, 2009.

Vilardaga, José Carlos. "Imagens em trânsito: as virgens de Luján e Sumampa e os circuitos coloniais na América Meridional na primeira metade do século XVII." *Anais do Museu Paulista* 23, no. 2 (2015): 43-67.

Yun-Casalilla, Bartolomé. *Iberian World Empires and the Globalization of Europe 1415-1668*. Singapore: Palgrave Macmillan, 2019.

Yun-Casalilla, Bartolomé. "The Spanish Empire, Globalization, and Cross-Cultural Consumption in a World Context, c. 1400 - c. 1750." Em *Global Goods and the Spanish Empire, 1492-1824. Circulation, Resistance and Diversity*, editado por Bethany Aram e Bartolomé Yun-Casalilla, 177-306. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2014.